



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

Of. nº 870/2019/GPFJCC

Bom Despacho, 10 julho de 2.019

À Sua Excelência Senhora  
Joice Martins Silva Quirino  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Marechal Floriano Peixoto – 40 – Centro  
35600-000 – Bom Despacho-MG



**Assunto:** Autoriza o Poder Executivo a repassar a servidores públicos valores recebidos a título de bolsa de preceptoria.

Senhora Presidente

Submeto à apreciação de Vossa Excelência o presente Projeto de Lei que Autoriza o Poder Executivo a repassar a servidores públicos valores recebidos a título de bolsa de preceptoria.

O Município firmou o convênio nº 40/2018, com o Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos Porto S/A – ITPAC, pelo qual o Município concede estágio supervisionado aos médicos graduados em Instituição de Ensino Superior Estrangeira para complementação de estudos no Instituto.

A Instituição repassará ao município o valor correspondente a R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais por aluno para que o Município efetue pagamento a seus servidores que exercerem a atividade de preceptoria, que consiste na supervisão, orientação e avaliação às atividades de ensino e de aprendizagem com assistência direta ao aluno em estágio supervisionado.

Pretende-se iniciar com 12 alunos nas unidades básicas de saúde, com preceptoria dos médicos contratados e efetivos do município e 2 alunos no Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS.

O Convênio é positivo, pois, os estagiários auxiliam nos atendimentos à população e, quando estiverem habilitados a exercer a profissão, poderão continuar a exercer a medicina no Município.

A bolsa não gerará despesa para o Município e, portanto, não haverá impacto orçamentário-financeiro, uma vez que o Instituto conveniado repassará o valor para o Município e a atividade só será realizada com esta condição.

Desta forma, atendendo as disposições legais pertinentes, encaminho o Projeto de Lei em referência, o qual submeto à apreciação dos nobres vereadores, solicitando aprovação, na urgência que a medida recomenda.

Fernando Cabral  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**

**Projeto de Lei nº 36 / 2019.**

03  
NR

*Autoriza o Poder Executivo a repassar a servidores públicos valores recebidos a título de bolsa de preceptoria e dá outras providências.*

**O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG**, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV, do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar a servidores públicos valores a serem recebidos mediante convênio com o INSTITUTO TOCANTINENSE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS – ITPAC, a título de bolsa por preceptoria, sendo R\$ 800,00 (oitocentos reais) mensais por aluno supervisionado.

§ 1º Entende-se por preceptoria a atividade de supervisão, acompanhamento, orientação e avaliação de estagiário do curso de graduação em Medicina, no desempenho da atividade médica nas unidades da rede pública de saúde do Município, a ser exercida por servidor qualificado.


§ 2º A bolsa de que se trata este artigo tem natureza indenizatória, estritamente vinculada ao desempenho da atividade de preceptoria, não constituindo base de cálculo de aposentadoria, gratificação natalina, férias, licença-prêmio, adicional por tempo de serviço ou quaisquer outras parcelas remuneratórias ou salariais, não se incorporando de forma alguma à remuneração ou ao vencimento-base do servidor.

§ 3º Os servidores a exercerem a preceptoria serão designados pela Secretária Municipal de Saúde.

Art. 2º Todo o recurso a ser pago aos servidores preceptores serão repassados pelo ITPAC, não havendo despesa direta pelo Município, sendo o Município mero depositário.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Bom Despacho, 10 de julho de 2019, 108º ano de emancipação do Município.

  
Fernando Cabral  
Prefeito Municipal





**Prefeitura Municipal de Bom Despacho**  
**Estado de Minas Gerais**  
**Gabinete do Prefeito**


**DECLARAÇÃO**

Declaro, em cumprimento ao inciso II do artigo 16 da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2.000, que as despesas originadas do projeto de lei encaminhado por meio do Ofício 870/2019/GPFJCC, que autoriza o Poder Executivo a repassar a servidores públicos valores recebidos a título de bolsa de preceptoria, tem adequação orçamentária e financeira, uma vez que os recursos financeiros necessários à execução da despesa será repassado por Instituto conveniado, e que será possível a adequação orçamentária com os recursos orçamentários existentes no exercício, e que o referido projeto é compatível com o Plano Plurianual de Governo e Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Declaro também, em cumprimento ao artigo 17, § 2º, da lei complementar 101/2.000, que o presente aumento de despesa não afetará as metas de resultados fiscais propostos para o exercício de 2.019.

Declaro, por fim, ainda em cumprimento ao artigo 17, § 2º, da lei complementar 101/2.000, que para os exercícios de 2.020 e 2.021, as despesas decorrentes do presente projeto serão levadas em consideração na elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, de forma a obter o resultado fiscal previsto para os exercícios de 2.020 e 2.021.

Atenciosamente,

  
Fernando Cabral  
Prefeito Municipal